

125ª (centésima vigésima quinta) Ata do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Patrocínio/MG – CDMPC – Aos 6 (seis) dias do mês de dezembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Cultura de Patrocínio, às 16h (dezesseis horas), realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Patrocínio/MG, conforme edital de convocação do dia 4 (quatro) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), segundo o Decreto de número 3.344/2017 (três mil trezentos e quarenta e quatro, de dois mil e dezessete), a fim de tratarem dos seguintes assuntos: Apresentação da proposta de parte da reforma da Igreja Santa Luzia, pela arquiteta responsável: Cristina Nunes Machado; Análise de autorização para nova construção, localizada na Rua Major Tobias, 446 – entorno dos bens tombados da praça Honorato Borges; Análise de autorização para nova construção, localizada na Rua Major Tobias, 422 – entorno dos bens tombados da Praça Honorato Borges e Outras Deliberações. Estiveram presentes a esta reunião: Waldir da Silva Junior – representante da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio (Suplente); Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo (Titular): Diogo Mendes Gonçalves; Representante do UNICERP: Profª. Me. Maria Emília Cherulli Alves Barbosa (Titular); Representante da Área Cultural do Município e Secretário Executivo do CDMPC: Guilherme Rocha Chagas (Titular) e Representante da Associação Comercial e Industrial de Patrocínio: Edméa Regina Cardoso Marcene (Titular) e ainda os convidados: Cristina Nunes Machado, Larissa Cristina da Silva Dias, Fabiano Elias F Abrahão, Ailton Mendes, Clever Donizete dos Santos. A reunião foi presidida pela vice-presidente do Conselho, Edméa, que agradeceu aos conselheiros pela presença nesta reunião ordinária, em seguida passou a palavra para a convidada Cristina, que apresentou a última etapa dos projetos de reforma da Igreja Santa Luzia. Cristina começou pela proposta de retirada das bases de ferro com o quadro de vidro das imagens do Menino Jesus de Praga, Padre Eustáquio e Nossa Senhora Aparecida, para colocar essas imagens em móveis sacros, que não vão interferir na parte física da igreja. Disse ainda, que pretende retirar o cercadinho de ferro, onde fica a imagem de N. Sra. Aparecida, porque não é original da igreja e dificulta a limpeza no local. Falou que os nichos estão bem degradados, e apresentou as fotos do estado atual dos mesmos, disse que irá manter as saliências e os frisos, mas irá inserir um granito clarinho, parecido com a cor da parede, para aumentar a resistência e a durabilidade do reboco, além de fazer saliências de 1 cm (um centímetro) no reboco, para dar um contorno e um detalhe a mais. Edméa comentou que as 3 (três) janelas em cima estão em vitral, mas no projeto apresentando anteriormente o vitral era só na janela central. Cristina respondeu que quando foi apresentado o projeto ao Conselho, eles iriam fazer o vitral apenas na janela central, e as janelas laterais seriam coloridas, só que quando eles fizeram o orçamento, a empresa responsável propôs fazer as janelas centrais e laterais pelo mesmo preço e, na negociação entre o padre e a empresa, eles ainda incluíram os desenhos nas 6 (seis) janelas da frente da igreja, que também não estavam no projeto anterior. Acrescentou que os vitrais laterais terão temas religiosos, de Santa Luzia de um lado e Padre Eustáquio do outro, e na frente o tema dos Sagrados Corações. Argumentou que não vê problema em colocar os vitrais também na parte da frente, já que os laterais já foram aprovados. Outra questão, é a colocação de um guarda-corpo no coro, para atender ao pedido do corpo de bombeiros, ele terá 1,31m (um metro e trinta e um centímetros) e será de vidro transparente temperado. Diogo perguntou se o vidro será temperado e laminado. Cristina respondeu que sim, e finalizou informando que o telhado da frente está na inclinação certa, porém as telhas estão escorregando, então eles vão trocar apenas as telhas quebradas. Diogo perguntou se vai substituir pela mesma telha. Cristina respondeu que sim, do tipo francesa. Maria Emília perguntou sobre a acessibilidade do altar. Cristina respondeu que ainda estão fazendo o orçamento da plataforma de acessibilidade. Aproveitou para dizer que fez uma apresentação com as fotos do projeto que foi aprovado, para passar no intervalo do bingo, durante a Festa em Louvor a Santa Luzia, então queria incluir as fotos dos itens aprovados. Edméa pediu um esclarecimento sobre os vitrais, se as janelas laterais vão ser basculantes. Cristina respondeu que sim, vai continuar a mesma coisa, o vitral central vai ser fixo e os laterais vão bascular, a única coisa que mudou foi o desenho, a estrutura continua a mesma. Cristina mostrou os projetos detalhados para complementar as informações sobre as propostas de intervenção. Waldir perguntou se a saliência nos nichos seria somente a cobertura. Cristina respondeu que a saliência é só uma camada fina de reboco, de 0,5cm (meio centímetro) a 1 cm (um centímetro) de espessura, só para dar o acabamento. Complementou que cada base dos nichos tinha uma medida diferente, então ela fez uma média, para colocar todas do mesmo tamanho, até para facilitar para a marmoraria cortar as pedras. Diogo perguntou se vai granito na base e no quadro. Cristina respondeu que o granito só vai em baixo, que o resto

será reboco e pintura na parte de cima, para dar o acabamento. Edméa indagou se a padronização das medidas dos nichos não irá refletir na preservação da história da construção, pois na época em que a igreja foi construída não tinha como padronizar, e é por isso que cada nicho tem uma medida diferente. Cristina respondeu que é uma diferença de medida bem pequena e que acha que não está descaracterizando o nicho, porque ela apenas está adequando a medida para não dar uma margem maior de erro na execução do serviço, mas se o granito não for liberado, ela terá de reformar os nichos de qualquer forma, pois eles estão bem deteriorados. Edméa informou que por causa da necessidade do projeto, poderá passar a resposta para a Cristina mais rápido até pela divulgação nas barraquinhas. Cristina comunicou que a reforma da igreja voltará depois da festa e que irá retirar tudo da igreja, até os bancos, e que o Marco Antonio acha que irá durar uns 4 (quatro) meses. Cristina encerrou a apresentação do seu projeto e despediu dos presentes. Edméa deu prosseguimento à reunião, chamando a próxima demanda. Ailton começou a apresentação de seu projeto, informando que será um edifício multifamiliar, de quatro pavimentos, situado na Rua Major Tobias, 446 (quatrocentos e quarenta e seis), próximo à Rua Maria Angélica, a baixo da Rua Cesário Alvim. Disse que segundo o Eugenio, da prefeitura, o lote fica numa zona de preservação histórico cultural, e falou que tínhamos de fazer um levantamento topográfico do nível do lote em relação à Superintendência de Ensino e apresentar o projeto aqui no CDMPC. Diogo perguntou quanto que deu de desnível. Ailton mostrou o levantamento com a ART do responsável, que indicava um desnível de 6,13m (seis metros e treze centímetros) em relação à superintendência, e explicou que a altura do prédio vai dar 14,44m (quatorze metros e quarenta e quatro centímetros) usando como referência a guarita e não levando em conta a torre da caixa d'água. Acrescentou que a superintendência tem uma medida de pé direito de 5,60 m (cinco metros e sessenta centímetros), e explicou que ele teve que fazer uma estimativa da medida da altura do telhado, que deu 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros). Concluiu que a altura da Superintendência, da calçada a cumeeira, deu 14,53 m (quatorze metros e cinquenta e três centímetros), ou seja, a nova construção fica dentro do limite da altura, em relação ao bem tombado. Não havendo mais perguntas, Edméa informou que o parecer será enviado posteriormente. Edméa deu andamento à reunião, chamando a próxima demanda para apresentação do pedido de autorização para nova construção, localizada na Rua Major Tobias, 422 (quatrocentos e vinte e dois), entorno dos bens tombados da Praça Honorato Borges. Clever explicou que o arquiteto responsável não pôde estar presente, mas deixou o projeto do novo imóvel para análise do Conselho. Edméa perguntou se o arquiteto já havia apresentado esse projeto no Conselho anteriormente. Clever respondeu que no Conselho não, que eles apenas haviam dado entrada na documentação na prefeitura, a parte inicial e a certidão de diretrizes. Edméa perguntou se o projeto é de uma casa residencial. Clever respondeu que sim. Diogo perguntou se o problema era a altura da casa. Clever respondeu que não, que era só pela questão do entorno mesmo. Diogo recomendou à Edméa, que na ausência do arquiteto, não tinha mais o que apresentar sobre a demanda e que eles podiam fazer a análise do projeto entregue, para a emissão do parecer. Edméa explicou, então, que o Conselho analisaria a demanda e iria enviar o parecer posteriormente. Edméa passou a palavra para Guilherme, para ele falar sobre a próxima demanda. Guilherme disse que era um pedido de urgência, para autorização do evento do Maurício Brandão, de um enduro de motos, denominado 2º Farracross, a ser realizado no alto da Serra do Cruzeiro, para arrecadar fundos para a Casa do Idoso Recanto São Vicente. Acrescentou que o evento estava cadastrado no Corpo de Bombeiros, como evento de risco mínimo, mas por ser em área tombada, eles precisavam da autorização do Conselho, para retirar o alvará do evento. Complementou que o evento acontecerá das 8h (oito horas) às 18h (dezoito horas), e que teria um evento paralelo de bicicletas, só que o percurso das bicicletas seria da Av. Elias Jorge Abrão até o aeroporto. Waldir perguntou qual o público estimado. Guilherme respondeu que cerca de 300 (trezentas) pessoas. Diogo perguntou se já não houve aprovação do Meio Ambiente. Edméa disse que pode haver uma grande agressão física à Serra do Cruzeiro e deu a sugestão de condicionar a decisão, a aprovação do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA. Guilherme falou que na solicitação não indicava se o processo passou pelo Meio Ambiente e argumentou que o evento irá acontecer no próximo dia 9 (nove) de dezembro, e que essa decisão poderá inviabilizar a realização do evento. Edméa disse que isso já era problema dos organizadores, e que na Secretaria de Finanças eles pediam no mínimo 30 (trinta) dias, para fazer uma liberação de alvará. Diogo concordou que o parecer deveria ser dado depois da manifestação do CODEMA e argumentou que estamos lidando com o patrimônio ambiental, não é um imóvel ou uma ruína, e sim o meio ambiente, pois isso irá degradar as plantas, prejudicar a fauna e a flora, porque as motos

passam e causam um grande prejuízo ambiental, sem falar na questão do lixo, que também é muito importante, por isso, deve ter o parecer do CODEMA. Waldir lembrou que tem a questão da água também, pois existem nascentes e pequenos rios no local. Edméa disse que a princípio nós não seríamos favoráveis, porque lá é patrimônio paisagístico e ambiental, e se começarem a fazer trilhas no local, daqui a pouco ele acaba. Maria Emília falou que nós não conhecemos a rota e de repente eles só querem sair de lá, pois eles têm uma planilha que eles devem seguir. Edméa respondeu que não se sabe pra onde eles vão, qual a rota que eles irão adotar. Guilherme argumentou que eles já fazem trilhas no local há muito tempo e que, inclusive, iria ter até uma competição internacional de enduro de motos no local, pois a Serra do Cruzeiro tem um terreno propício para a prática do enduro e, por isso, é um local muito valorizado pelos praticantes desse esporte. Concluiu que, em todo caso tínhamos que levar em conta o impacto ambiental mesmo. Edméa disse que se já teve esse tipo de evento no local, isso foi errado, e que não devemos concordar com a realização do evento. Guilherme perguntou se a posição deles é de indeferir ou deferir a realização do evento desde que o CODEMA aprove. Maria Emília disse que defere desde que o CODEMA aprove. Edméa reforçou que o seu voto é pelo indeferimento, com o parecer do CODEMA, até para nos respaldar em caso de novas solicitações. Guilherme argumentou que devemos deferir desde que o CODEMA aprove, pois se a gente indeferir, já não vai adiantar nenhum parecer do CODEMA. Waldir falou que com o parecer favorável do CODEMA, nós estaremos mais seguros na nossa decisão. Edméa perguntou à Diogo, qual a sua opinião. Diogo concordou que devemos deferir desde que o CODEMA aprove. Edméa colocou que é desde que o CODEMA aprove, por meio de um parecer favorável. Todos concordaram, ficando assim decidido. Edméa prosseguiu com a reunião voltando à demanda da análise de autorização para nova construção, localizada na Rua Major Tobias, 422 (quatrocentos e vinte e dois) – entorno dos bens tombados da Praça Honorato Borges. Edméa perguntou sobre essa demanda, que é só a questão do entorno e perguntou ao Diogo se existe algum senão. Diogo analisou o pedido e votou pela aprovação. Edméa perguntou aos demais conselheiros se eles concordavam com a aprovação. Não havendo objeção, a demanda foi aprovada por unanimidade. Assim foi dada continuidade à reunião, passando a análise de autorização para a nova construção, localizada na Rua Major Tobias, 446 (quatrocentos e quarenta e seis) – entorno dos bens tombados da Praça Honorato Borges. Edméa comentou que o Ailton e o Fabiano ficaram um pouco em dúvida sobre a altura da Superintendência de Ensino. Diogo falou que vai pedir para o seu topógrafo medir. Guilherme informou que até ligou para o José Wagner, do Urbanismo, solicitando as alturas oficiais desses bens tombados. Waldir destacou que esse é o quesito principal. Guilherme falou que tem apenas algumas referências dessas medidas, medindo nas plantas dos projetos de reforma dos bens tombados, mas da superintendência ele não tinha nem a medida aproximada. Edméa disse que com relação à solicitação, ela propõe que o nosso parecer seja no sentido do deferimento desde que resguardada as medidas e as avaliações do urbanismo. Guilherme comentou sobre a questão da padronização, pois no Conselho existem demandas que usam como referência o bem mais alto, no caso do perímetro dos 3 (três) bens tombados da Praça Honorato Borges, por exemplo, o prédio, ao lado da Secretaria de Cultura, está mais próximo da Escola Honorato Borges, mas a referência adotada foi a do mais alto deles, o Antigo Banco do Comércio, e no caso dessa demanda do imóvel da Rua Major Tobias, eles usaram a referência do bem mais próximo, a Superintendência de Ensino. Diogo explicou que quando se fala em tombamento, não se tomba só o imóvel, se tomba também a paisagem, o perímetro ao redor, e pensando nos conflitos de paisagem e no desenvolvimento da cidade, se for para construir ao lado da Superintendência, se deve ter o respeito com ela, mas se for construir 1 (uma) quadra ou 2 (duas) pra baixo, devemos pegar a referência do Antigo Banco do Comércio, pois não vai ter afeto. Todos concordaram com exposto. Guilherme complementou que a Simone, consultora de patrimônio do município, também orientou que, no caso das intervenções no entorno dos bens tombados da Praça Honorato Borges, nós deveríamos adotar como referência a altura do bem mais alto. Maria Emília pediu permissão para sair, pois tinha um compromisso. Edméa pediu para passar uma informação, antes da saída de Maria Emília, e informou que a lei do patrimônio não foi votada na reunião de ontem na Câmara, foi pedido vistas e adiada para a próxima semana. Maria Emília disse que apóia a reforma dos nichos, mas não concorda com a colocação do granito e é a favor das demais intervenções propostas para a igreja, em seguida, ela se despediu dos demais conselheiros. Edméa passou então para a análise de parte da reforma da Igreja de Santa Luzia, começando pelo guarda-corpo de vidro e dos vitrais ao fundo. Diogo acrescentou a retirada dos suportes de vidro das imagens e a grade de ferro onde está exposta a imagem de N. Sra. Aparecida e a colocação dessas imagens

em móveis sacros, seguindo a mesma linha dos móveis da igreja. Edméa disse que concorda com a retirada dos suportes e da grade. Diogo disse que o guarda-corpo é essencial, e acredita que o vidro é o elemento mais despercebido que se pode colocar; sobre os nichos, ele concorda com a Edméa, que a diferença nas medidas dos mesmos são características da mão de obra da época em que a igreja foi construída, e disse que vota contra a colocação do granito e requadro nos nichos, além de entender que eles devem manter até as medidas originais; e disse que deveríamos pensar juntos sobre os vitrais. Guilherme argumentou que os vitrais já haviam sido aprovados. Diogo disse que os vitrais frontais não haviam sido aprovados. Waldir argumentou que devemos discutir a forma com que o projeto está sendo apresentado, pois a apresentação da Cristina é muito dicotomizada e a gente acaba perdendo a visão do todo, pois já havia sido aprovado de uma forma e agora está de outra. Edméa observou que devemos nos preocupar se os vitrais laterais vão ser basculantes mesmo. Guilherme falou que isso é essencial, pela questão da ventilação. Diogo sugeriu que se frise no parecer, a questão da ventilação e lembrou que a Cristina disse que ia conseguir fazer o vitral nos basculantes. Edméa disse que gostaria de pedir oficialmente, todas as mudanças que o Conselho autorizou na Igreja Santa Luzia, pois a igreja será outra após a reforma. Guilherme mostrou todos os pareceres dados pelo Conselho, o projeto que a Cristina apresentou na primeira reunião, ainda na gestão passada, e os demais projetos apresentados por ela. Waldir disse que nós podemos estar entrando em contradição, pois ela apresenta outra configuração das janelas, que pode fazer com que a gente vá contra a nossa própria decisão anterior. Edméa propôs para constar no parecer que, os vitrais ficam autorizados desde que mantenha o mesmo padrão de ventilação. Edméa propôs que votássemos, iniciando pelo guarda-corpo. O guarda-corpo em vidro transparente do coro da igreja foi aprovado por unanimidade. Edméa colocou em votação a questão dos vitrais frontais e das janelas laterais basculantes. Todos votaram a favor da proposta do acréscimo dos vitrais na frente da igreja e acréscimo dos vitrais nas janelas laterais basculantes, desde que se mantenha o mesmo padrão de ventilação proposto anteriormente. Edméa colocou em votação a última questão sobre a igreja, relacionada aos nichos. Então todos ficaram de acordo em indeferir a proposta de intervenção nos nichos, recomendando que os nichos sejam restaurados de forma a manter o padrão original, inclusive, preservando as medidas de cada nicho. Guilherme pediu maiores informações à Edméa, sobre o projeto da nova lei de patrimônio. Edméa informou que o projeto de lei foi retirado da pauta da Câmara, pois foi solicitado um pedido de vistas, e que o projeto deve voltar à pauta na próxima reunião do dia 12 (doze) de dezembro. Acrescentou que a lei que a Procuradoria do Município enviou para a Câmara Municipal tinha muitos erros, pois foi baseada na lei do Estado de Minas Gerais e os termos usados não condiziam com a nossa realidade, além de ter erros graves como a destinação dos recursos do fundo de patrimônio cultural para o fundo municipal de cultura. Complementou que vai aproveitar esse momento para solicitar na Câmara que todas as modificações propostas por ela, sejam acrescentadas a nova lei, na tentativa de adequar a mesma à nossa realidade. Guilherme voltou à questão das medidas oficiais da altura dos prédios tombados, solicitando ao Diogo que tire essas medidas pelo Urbanismo. Edméa sugeriu que eles fizessem uma tabela, com essas medidas oficiais. Diogo falou que iria providenciar. Edméa agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Guilherme Rocha Chagas, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada, será pelos presentes assinada. Patrocínio-MG, 06 de dezembro de 2.017. Edméa Regina Cardoso Marcene

Waldir da Silva Junior

Diogo Mendes Gonçalves

Maria Emília Cherulli Alves Barbosa

Guilherme Rocha Chagas

Cristina Nunes Machado

Larissa Cristina da Silva Dias

Fabiano Elias F. Abrahão

Ailton Mendes

Cleber Donizete dos Santos

**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE
PATRIMÔNIO CULTURAL DE PATROCÍNIO**

DATA: 06/12/2017

Fundação Casa da Cultura de Patrocínio "Odair de Oliveira"

Eliane Ferreira Nunes

Waldir da Silva Junior Waldir da Silva Junior

Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

Titular: Diogo Mendes Gonçalves Diogo Mendes Gonçalves

Suplente: Patrícia Naiara Naimeg

Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Turismo

Titular: _____

Suplente: _____

Representante da UNICERP

Titular: Maria Emília Cherulli Alves Barbosa Maria Emília Cherulli Alves Barbosa

Suplente: Marisa Diniz Gonçalves Machado

Representante da 29ª Superintendência Regional de Ensino

Titular: Aldo Oliveira Caixeta

Suplente: Eliane Pêgo Umezaki

Representante da Área Cultural do Município

Titular: Guilherme Rocha Chagas Guilherme Rocha Chagas

Suplente: Gabriel Augusto Damascena

Representante da Associação Comercial e Industrial de Patrocínio

Titular: Edméa Regina Cardoso Marcene Edméa Regina Cardoso Marcene

Suplente: Lindalva Cândida Silva

Representante da OAB – 65ª Subseção de Patrocínio

Titular: Diego Vinícius Vieira

Suplente: Daniel Victor Costa

Representante da população patrocínense com notório saber sobre a História de Patrocínio

Titular: _____

Suplente: _____

Convidados:

Giuliana Nunes Machado

Barbara Cristina da Silva Dias

Chrysóteles P. de Azevedo

Adriano Mendes

Clara Diniz da Silva